

Defesa mais do que razoável, ataque bisonho

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Os resultados da Conferência Rio+20 suscitam reflexões quanto ao real papel em escala global que pode ter a diplomacia brasileira, especialmente no terreno econômico.

Sucessivas manifestações presidenciais sugerem que a política externa em seus vários ângulos não é tema que desperte grande interesse da sucessora de Lula. Em grande medida isso era previsível, com base na comparação do perfil dos dois presidentes. Já antes de ter êxito na sua quarta eleição presidencial, Lula era bastante conhecido nos meios sindicais e de esquerda internacionais. Havia admiração quanto à sua espetacular transição do sertão nordestino para se tornar líder sindical inovador, opositor da ditadura e líder político influente.

A carreira essencialmente burocrática de Dilma Rousseff contribui para que haja pouco trânsito internacional quando comparada ao seu predecessor. A imagem de "gerentona" não é comerciável internacionalmente. Faltam ingredientes para caracterizar com sucesso uma "dama de ferro". Dilma pode arrancar o seu francês - embora não em declarações oficiais, mas Lula nem precisava ser monoglota para encantar o seu público. Não foi, portanto, surpreendente que a diplomacia brasileira, especialmente quanto a temas políticos, tenha se tornado bem mais recatada, ajustando-se ao novo perfil presidencial e abandonando os ardores principistas que prevaleceram na gestão anterior.

A maior parte dos controvertidos temas políticos que haviam exposto a diplomacia brasileira a posições que, com muito comedimento, podem ser descritas como desgastantes perdeu prioridade ou foi simplesmente abandonadas. A diplomacia hoteleira que marcou o melancólico episódio hondurenho foi abandonada. O bom senso prevaleceu quanto à avaliação do real papel que o Brasil poderá jogar na solução da crise iraniana. Isso sem abandonar a acertada postura de insistência na manutenção de opções de negociação. E mostrando atitude quanto ao apoio à posição palestina. Na América do Sul, a incerteza quanto à situação política venezuelana, decorrente da doença de Hugo Chávez, tornou menos arriscado o passo atrás em relações excessivamente calorosas. Esses avanços devem ser comemorados, pois configuram indícios da volta da diplomacia brasileira à sua tradicional combinação de prudência e respeito à soberania das nações. São elementos importantes para fortalecer eventual postulação brasileira no quadro de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em termos gerais, não seria exagero dizer que a diplomacia defensiva do governo Dilma Rousseff tem sido pelo menos razoável.

Já o mesmo não pode ser dito quanto às iniciativas diplomáticas no terreno econômico. A insistência em jogos de cena baseados em metáforas como "tsunami" ou "guerra cambial" mostra clara fadiga. A política monetária dos EUA e a política cambial da China continuam a ser formuladas levando em consideração, com prioridade absoluta, os objetivos nacionais: é o velho "beggar your neighbour" - empobreça o seu vizinho - dos anos 1930, em formato um pouco menos truculento. Será que o apoio do Brasil à posição de Obama de tentar catequizar Angela Merkel quanto aos benefícios de levar

em conta o crescimento e flexibilizar sua ênfase no lado fiscal teve alguma relevância? A líder alemã deve ouvir tais conselhos com grande irritação, enquanto explica aos seus eleitores e contribuintes por que é mesmo que gregos, espanhóis, italianos e franceses se aposentam bem mais cedo que os alemães. A capacidade brasileira de influir na governança financeira mundial é bastante limitada. Nossos esforços devem se concentrar no aumento da influência nos foros internacionais relevantes, inclusive porque a crise europeia sublinha a iniquidade da distribuição atual de poder, especialmente no FMI.

Na recente reunião do G-20 em Los Cabos, México, Dilma fez a surpreendente proposta de suspender a atual trégua (standstill) do protecionismo global - muito desmoralizada, inclusive pelo Brasil - e lançar uma nova rodada de negociações comerciais em Genebra a partir de 2014. A proposta há de ter requerido grande sangue-frio da presidente, que a repetiu na Rio+20. Em contraste com a postura construtiva em favor do desmantelamento do protecionismo adotada em julho de 2008, o Brasil optou recentemente por políticas claramente protecionistas. Adotou medidas fiscais que violam compromissos quanto ao equilíbrio tarifário implícito nas listas nacionais na Organização Mundial do Comércio (OMC), ao discriminar entre produtos importados e produzidos internamente. Em iniciativa encarada por alguns como manobra para desviar a atenção - "red herring" - quanto ao seu crescente protecionismo, insiste em propor que o tema das taxas de câmbio seja discutido conjuntamente com medidas comerciais pela OMC em um quadro em que a instituição especializada, o FMI, enfrenta enormes dificuldades para tratar do tema satisfatoriamente.

Em ambos os casos, e não surpreendentemente, as propostas brasileiras não prosperaram. Nossa diplomacia econômica propositiva, talvez refletindo de forma precisa ideias equivocadas que grassam na equipe econômica, é simplesmente bisonha.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.